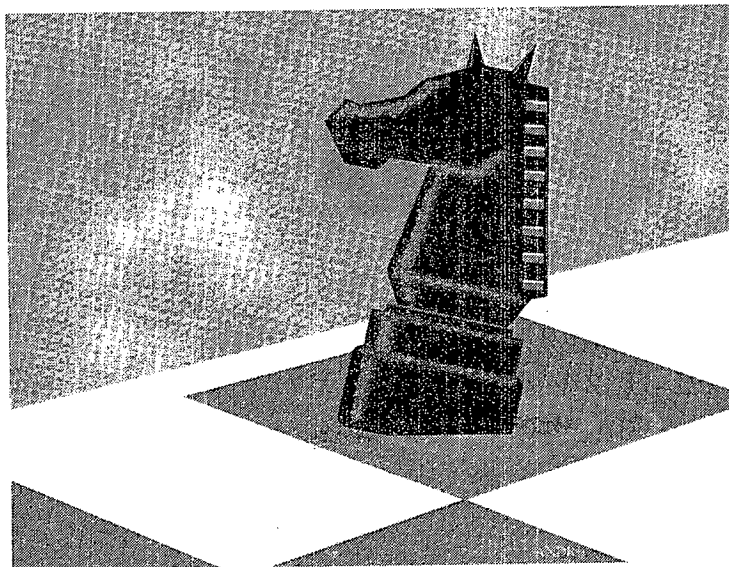


REFORMAR E DESENVOLVER

Josaphat Marinho

Realizada a reforma ministerial, muitas reflexões não de ser feitas, sob diferentes aspectos. Indagarão uns sobre se houve, ou não, renovação. Outros pesquisarão o sentido político das alterações. Curiosos procurarão assinalar que partido político, ou liderança, mais lucrou. Haverá quem busque situar ressentimentos e ressentidos. Correligionários, aliados apenas, ou comentaristas se preocuparão em apurar se o presidente da República se fortaleceu, ou, ao contrário, perdeu espaço e abriu o flanco a novas investidas, próximas ou remotas.

Essas e outras observações surgirão, naturalmente. Não há mudança de ministério sem problemas de consciência e de sentimento. Sempre que cabeças rolam e outras se erguem, cruzam-se alegrias e tristezas. E olhares tornam-se inquietos, na dúvida sobre o dia de amanhã. A política desdobra-se sempre em clima de incertezas, em função das pessoas ou dos acontecimentos. Assim ocorre, sobretudo, quando os aliados não somam, antes se entredevoram, e abertamente, como nos dias atuais. Se os acordos partidários envolvem sempre ressalvas, há muitos que se formam e sobrevivem entre desconfianças e rejeições claras, semelhantes às que se manifestaram neste momento. Não são



ajustes, mas "camisas-de-força".

Se todas essas investigações e divergências são naturais, há fatos maiores que examinar, de interesse direto da população. O homem comum espera, mesmo, que os conflitos entre os dirigentes políticos não continuem a perturbar as soluções destinadas a beneficiar a coletividade. Nem a renovar propósitos ainda obscuros e que dividem intensamente a opinião, como o de transposição das águas do rio São Francisco. A convergência de idéias é fundamental, principalmente quando não há plano geral de governo.

Diante da longa crise econômico-financeira que experimen-

ta o país, e com profunda repercussão social, o empenho há de ser na retomada do desenvolvimento. Não é hora de luta entre os partidários do desenvolvimento e os mantenedores da estabilidade. O instante histórico e social impõe que o presidente da República, sem mando excessivo nem receio inconveniente, exerça o comando adequado das decisões superiores. Ao povo não interessa a contravérsia, mas a solução apropriada. No equilíbrio revestido de providências criadoras e eficazes consiste a afirmação do governo. Nem se justificaria a reforma no quadro ministerial para se prolongar a indecisão. O não cum-

primento regular do Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira, por exemplo, é extremamente prejudicial à autoridade do governo. A região cacaueira na Bahia empobrece-se a cada dia e muitos a abandonam, ao tempo em que aumenta o número dos desempregados. A promessa de salvação tornou-se apenas desengano, como ainda agora observamos.

Mas, se essa situação é uma particularidade, há o retrato geral do desemprego, no país. Se é enorme a quantidade dos sem-trabalho em São Paulo e noutros pontos, assusta na região metropolitana de Salvador. Esse perfil só se modificará com a reanimação do comércio e da indústria, bem como com a segurança da produção agrícola. Tal não se dará, porém, se os ministros não trabalharem em harmonia e não procederem vinculados aos diversos segmentos da opinião coletiva e de seus setores organizados. A reforma do ministério deve significar mudança de métodos e definição clara de propósitos realizáveis, para alcançar fins determinados e despertar esperanças amortecidas. Nada revela mais o sentimento do povo do que a renovação da desesperança.

■ Josaphat Marinho, ex-senador, é professor emérito da UnB e da Universidade Federal da Bahia